

Condições de trabalho dos brasileiros no comércio em Salto Del Guairá-Paraguai

Teresa Itsumi Masuzaki¹
itsumi_28@hotmail.com

Marcelo Dornelis Carvalhal²
mdcarvalhal@hotmail.com

RESUMO

Com a crise do fordismo a partir da década de 70, houve a necessidade de uma reestruturação no modo capitalista de produção, com novas formas organizacionais na produção para a recuperação da lucratividade capitalista.

Essas mudanças fizeram-se sentir também no mundo do trabalho com a reorganização técnica e gestacional, com impactos em todo o mercado de trabalho.

Neste contexto, enraízam-se as condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros que diariamente vão trabalhar em Salto Del Guairá, no Paraguai. Pela condição fronteira do município paraguaio com o Brasil e a forte presença de consumidores brasileiros no comércio brasileiro, há uma intensa utilização de trabalhadores brasileiros no comércio, que diariamente deslocam-se pela fronteira, provenientes de Mundo Novo, no estado do Mato Grosso do Sul e de Guaíra, no Paraná.

As diferenciações existentes nas fronteiras Brasil e Paraguai, tornam-se fundamentais para a acumulação do capital, como também são o alvo de nossas investigações iniciais, a fim de entendermos como as diferenças territoriais constituem-se em trunfos estratégicos para a acumulação capitalista, e procuraremos entender como as relações internacionais do capital territorializam-se em seus limites significativos de legislações trabalhistas diferentes e os significados dessa mobilidade internacional da mão de obra para as condições gerais do trabalho e suas formas organizativas.

Dentro deste cenário, percebe-se a importância de estudar as relações de fronteira, os aspectos e diferenciações que vão ocorrendo no mundo do trabalho ocasionado pelo conflito capital e trabalho em territórios bastante específicos como são as fronteiras internacionais.

Palavras-chave; Fronteira, Território, Trabalho

¹Discente do curso de graduação em Geografia da UNIOESTE, Mal. C. Rondon, membro do Grupo de Pesquisa Geografia das Lutas no campo e na Cidade (GEOLUTAS), e-mail: itsumi_28@hotmail.com; Pesquisa iniciada em Julho de 2008 com o título de: Trabalhadores brasileiros no comércio de Salto Del Guairá: fronteiras e territórios da precarização do trabalho.

² Professor Doutor dos cursos de graduação (Mal. C. Rondon) e mestrado em Geografia da UNIOESTE, membro dos Grupos de Pesquisa Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) e Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); e-mail: mdcarvalhal@hotmail.com;

INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, com a crise do fordismo houve a necessidade de uma nova reestruturação no modo capitalista de produção, novas formas foram implantadas para que mantivesse a acumulação em níveis aceitáveis à própria reprodução de capital, pois o sistema capitalista encontrava-se em um quadro crítico, que segundo Antunes (2006,p.29) era marcado por uma decrescente taxa de lucro ocasionado pelas lutas sociais por controle social da produção e pelo aumento do preço da força de trabalho, esgotamento do padrão de acumulação, retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural, a concentração de capitais, como também o capital financeiro como campo prioritário para a especulação onde batiam de frente com o capital produtivo.

Com resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso **processo de reestruturação da produção e do trabalho** [grifo do autor], com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2006 p.31)

Como resposta à crise estrutural do capital, começa uma nova fase: das relações internacionais do capital, conhecida como globalização, o qual vem a interferir e trazer grandes transformações no mundo do trabalho, onde por meio das políticas neoliberais há o aumento da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, determinando a deterioração e a precarização do trabalho e aumento do desemprego.

Neste momento intensificaram-se as práticas imperialistas seguindo a lógica capitalista de acumulação de lucros, através de vantagens individuais, as relações comerciais de trocas não leais e desiguais e produzindo a reprodução do espaço na perspectiva desta lógica. O imperialismo legitima suas práticas através de conceitos como “democracia” e “mercado livre”, porém as potências hegemônicas, principalmente os Estados Unidos que buscam incansavelmente seu posto de Estado líder do sistema do capital global, são apoiadas em importante poder militar e econômico, para conseguir uma penetração econômica e uma dominação política, de maneira sutil por meio de órgãos de intercâmbio econômico como FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio) e Banco Mundial, ou usam da força bruta, apoiado pelo poder militar como os exemplos do Iraque e Afeganistão. As potências econômicas buscam assim submeter estes países mais fracos e sobre eles assumirem direitos exclusivos.

O capitalismo se expande mundialmente, ocasionando grandes variações espaciais, até as suas particularidades, agindo localmente por meio das políticas neoliberais e é dentro deste cenário que o Brasil, se encontra inserido, onde a interferência internacional se destaca, segundo Malaguti (2000, p.27) significativamente a partir de 1994 com o Plano Real, que adotou duas políticas fundamentais, a de sobrevalorização do câmbio e de altas taxas de juros, com intuito de estabilizar a economia brasileira e permitir o crescimento econômico do país. A sobrevalorização do câmbio fez com que aumentassem as importações, com a diminuição das indústrias nacionais, por não conseguirem ampliar suas instalações e acompanhar o avanço tecnológico, perdendo competitividade.

A abertura da economia brasileira iniciada na década de 90 e seu agravamento a partir de 1994, fizeram com que houvessem transformações significativas para a classe que vive do

trabalho, ocasionando diversas formas de trabalho parcial, precarizado, terceirizado, subcontratado e vinculado à economia informal, ao setor de serviços e etc.

O Estado brasileiro privatizou muitas empresas públicas, para atender aos interesses e dar assistência às empresas nascentes, negando e deixando de lado suas responsabilidades, de prestador de serviços, de planejar o desenvolvimento do país. Por outro lado, assume uma posição de Estado gerencial e ainda formulou algumas mudanças políticas para atender aos interesses do capital estrangeiro e nacional através do sistema jurídico, por exemplo, a legalização do trabalho por contrato temporário, terceirizado, desrespeitando as conquistas trabalhistas e aumentando a informalidade.

Neste contexto, entendem-se as condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros que moram no Brasil e, vão trabalhar no comércio de Salto Del Guairá / Paraguai, provenientes das cidades de Mundo Novo, no estado do Mato Grosso do Sul e Guaíra, no Paraná. Muitos desses trabalhadores no país de origem já se encontram na informalidade. Por motivos acima já mencionados e o desemprego, acabam extravasando para o exterior em busca de uma melhor remuneração e até mesmo uma possibilidade de emprego.

A informalidade é muito abrangente, desde o setor informal ao formal, tornando-se o único caminho para os trabalhadores, como aponta Malaguti:

Já com relação às condições de trabalho, o rápido o rápido crescimento da informalidade tem incentivado novas pesquisas e novas descobertas sobre a lógica interna das unidades produtivas informais. Constata-se hoje, corriqueiramente, que a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e enérgicas, mas sim o refúgio dos sem-opção. Na medida em que o tema informalidade não pode mais ser evitado, pois atinge quase todas as famílias, de maneira mais ou menos direta, desvenda-se sua verdadeira face. (MALAGUTI, 2000.p.68)

Neste sentido, os trabalhadores são submetidos às imposições do mercado, onde tiveram seus direitos desrespeitados como trabalhador e como cidadão, o salário formal acaba se tornando insuficiente ou mesmo impossível de obtê-lo a não ser através da informalidade, pois aparentemente a remuneração é maior e como ocorrem com muitos trabalhadores que vão trabalhar ilegalmente no Paraguai, são desprotegidos pela legislação trabalhista paraguaia, com condições de trabalho precária, sem nenhuma segurança jurídica. Em um contexto diferente, compreendem-se as condições dos brasileiros que estão legalmente trabalhando em Salto, sobre a legislação trabalhista do Paraguai.

Nota-se que os capitalistas valorizam as diferenciações territoriais e as vantagens localizacionais as quais correspondem ao objetivo de acumulação de capital, por meio de matéria-prima, mão-de-obra barata, infra-estrutura entre outros, com grande apoio político e econômico. Segundo Harvey (1996) o capitalismo busca derrubar as barreiras espaciais que travam seu desenvolvimento, porém não desvalorizando as diferenciações espaciais, que é importante e fundamental para o processo de expansão e acumulação do capital.

Mas a queda das barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Vemos hoje, e não é pela primeira vez na história do capitalismo, evidências que apontam para a tese oposta. O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recurso, infra-estruturas etc. assumem crescente importância. O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes; ele se torna um dos meios de aplicação da aceleração e da redefinição de habilidades a forças de trabalho recalcitrantes. (HARVEY, 1996, p.265)

As diferenciações existentes na fronteira Brasil e Paraguai são notórias e de extrema importância, desde as relacionadas à própria soberania política de Estados nacionais diferentes até as diferenças sociais e culturais. Desta maneira, desperta o interesse dos empresários do comércio do Paraguai, cujo sistema tributário facilita a venda das mercadorias a preços inferiores do que os comercializados no Brasil. Também há o aproveitamento da mão-de-obra brasileira, por dois motivos principais: atendimento ao público brasileiro e aceitação de salários, já que as cidades fronteiriças no Brasil apresentam baixos dinamismos em seus mercados de trabalho.

Essas diferenciações de fronteira são o alvo importante para investigações iniciais, a fim de entender como as diferenças territoriais constituem-se em trunfos estratégicos para a acumulação capitalista, aproveitando-se da reserva de mão-de-obra barata existente no Brasil, ao mesmo tempo em que esse aproveitamento pode ocorrer com a manutenção de condições ilegais no contrato de trabalho.

O capitalismo assim busca homogeneizar o espaço no sentido de derrubar as barreiras que comprometem suas vantagens para o processo de expansão e acumulação de capital. Dentro deste cenário, percebe-se a importância de estudar as relações de fronteira, os aspectos e diferenciações que estão ocorrendo no mundo do trabalho ocasionado pelo conflito capital e trabalho em territórios específicos como são as fronteiras internacionais.

1- BRASIL E PARAGUAI

O limite territorial do Brasil com o Paraguai mede 1339 km, com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, em que as áreas fronteiriças de maior intercâmbio correspondem a Isla Marguerita (Departamento de Alto Paraguai) com Porto Murtinho-MS, Bella Vista (Dep. de Amambay) com Bela Vista-MS, Pedro Juan Caballero (Dep. de Amambay) e Ponta Porã-MS, Salto del Guairá (Dep. Canindeyú) com Mundo Novo-MS e Guaíra-PR, Ciudad del Este (Dep. de Alto Paraná) com Foz do Iguçu-PR.

Segundo Menegotto (2004) a história de fronteira Brasil e Paraguai é marcada pela guerra entre esses dois países e mais tarde, a partir da década de 1960 em que o Paraguai com a ditadura de Stroessner, desenvolveu programas de assentamento e colonização. Esses programas acontecem no bojo das políticas de desenvolvimento e reorganização do espaço paraguaio, tanto nas áreas rurais e urbanas, que atraiu muitos estrangeiros, um dos principais motivos hoje, da forte presença de brasileiros no Paraguai, como emigrantes definitivos. Vários fatores contribuíram para a emigração de brasileiros de diferentes classes no Paraguai, a oferta de terras férteis no país fronteiriço e posteriormente, atitudes políticas dos governos brasileiros que deixaram muitos camponeses sem suas terras, principalmente com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Neste sentido, o Paraguai possui o segundo maior grupo de brasileiros no exterior, perdendo apenas para os Estados Unidos. Conforme nos aponta Menegotto (2004) no Paraguai há muitos estrangeiros, onde o grupo mais representativo é dos brasileiros.

A partir da década de 70, com a reestruturação do modo de produção capitalista para a recuperação da lucratividade, marcou uma nova fase das relações internacionais do capital. Através da políticas neoliberais, mudaram-se as prioridades dos gastos públicos, as taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado, liberalização do comércio, fim das restrições aos investimentos estrangeiros, privatizações das empresas estatais entre outras imposições trazidas como propostas pelos Estados Unidos, para solucionar o problema da dívida externa e garantir o desenvolvimento dos países da América Latina. Com conseqüências sérias, o mundo do trabalho passou por sérias transformações, visando maior flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, aumentou a informalidade com os sistemas de terceirização, contrato de trabalho temporário, aumentando a precarização no mercado de trabalho, aumentando o desemprego, os

riscos e insegurança aos trabalhadores. Neste período de 70 e 80 a fronteira Brasil e Paraguai foi marcada por uma intensificação do mercado informal e ilícito, como contrabando, tráfico de drogas e outros postos de trabalho ligados a eles e a origem desses produtos comercializados, que vai desde a produção até chegar ao consumidor, o qual percorre complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico.

Os agentes do Estado brasileiro e paraguaio pouco fizeram para conter o comércio informal e ilícito que ocorrem na fronteira, pois existe uma íntima relação entre esses agentes e os comerciantes, que é sustentado através dos mútuos interesses. Os agentes do Estado não apenas se beneficiam da economia informal, como também há a participação dos mesmos. Como exemplo pelo afrouxamento nas fiscalizações, tolerância na regulamentação do estabelecimento comercial e para a legalização no país.

A reestruturação produtiva, globalização e a terceirização intensificam a informalidade no mercado de trabalho, com os processos desregulamentação e flexibilização, o qual faz parte do caráter excludente do capitalismo, que para se ter acumulação de riquezas de um lado, necessita-se do desemprego, exploração, pobreza de outro.

2-CONDIÇÕES DOS BRASILEIROS, COMO TRABALHADORES MIGRANTES NA CIDADE DE SALTO DEL GUAIRÁ

O sistema capitalista visa homogeneizar o espaço com o intuito de derrubar as barreiras espaciais que venham a dificultar o seu desenvolvimento e ao mesmo tempo criar territórios diferenciados, o qual possa tirar vantagens que correspondem ao seu objetivo de lucratividade.

Neste contexto, entende-se as condições de trabalho dos brasileiros que todos os dias vão trabalhar no comércio de Salto del Guairá, que segundo as informações obtidas por meio de uma conversa informal no departamento de migrações em Salto del Guairá, aproximadamente dois mil brasileiros atravessam a fronteira para trabalhar no Salto, provenientes dos municípios de Mundo Novo – MS e Guaíra – PR , entre esses brasileiros 15 % são donos de estabelecimentos comerciais e 85% são empregados.

Entre os brasileiros que trabalham no comércio em Salto del Guairá, 60% entram ilegalmente no país para trabalharem nas lojas e apenas 40% estão em situação legal. Porém esses dados são muito oscilantes, em que não foram tomadas medidas políticas estruturais para controlar a entrada e saída de pessoas ou ainda para controlar o comércio informal e ilegal que acontece na fronteira.

Os capitalistas de Salto del Guairá buscam tirar vantagens ao contratar a mão-de-obra brasileira, uma das evidências empíricas é o atendimento ao público brasileiro, como também busca-se a compreensão, como esses comerciantes chegam ao seu objetivo de acumulação de lucros contratando brasileiros, estes que se encontram no Paraguai na condição de trabalhadores estrangeiros, a maioria com documentos irregulares, o qual possibilita a maior precarização nas condições de trabalho, onde seus direitos como cidadão e trabalhador acabam sendo desrespeitados.

A condição irregular deixa os trabalhadores sob riscos e insegurança. O trabalhador passa a se preocupar com a fiscalização que pode chegar a qualquer momento e mandá-los de volta ao Brasil, como também a insegurança no emprego e o fato de serem destituídos dos direitos trabalhistas pelo contexto em que se encontram.

A flexibilização nas relações de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas são acirradas com as formas desleais de contratação, como exemplo as formas de contratação por tempo determinado e temporário, que permite contratar e demitir mão-de-obra com menores custos e facilidades democráticas, intensificando cada vez mais os processos de precarização do

mercado de trabalho. Os empregadores em Salto del Guairá costumam usar formas ilegais de contrato, principalmente por tempo determinado, onde o exemplo mais comum é por tempo determinado de seis meses, tempo que destitui o trabalhador de muitos direitos legais da legislação trabalhista paraguaia.

Neste sentido, percebe-se o quanto os capitalistas tiram vantagens com formas de contrato e outras estratégias em meio a legislação, em que o lucro é adquirido em detrimento das condições humanas de trabalho, o qual está passando por fortes transformações em nome do desenvolvimento capitalista. Através da nossa observação prévia, busca-se compreender os níveis de precarização que vem ocorrendo no mercado de trabalho com o aproveitamento da mão-de-obra brasileira que se dá através da manutenção de condições ilegais nos contratos de trabalho e dos brasileiros que são contratados legalmente.

Os brasileiros atravessam a fronteira para irem trabalhar no Salto pela aceitação do salário e a flexibilização que há na remuneração, como a PRL (Participação nos Lucros e Resultados) no Brasil, tornando a remuneração variável, principalmente em forma de comissão. Essa estratégia capitalista acaba com a possibilidade de reajustes salarial, diminuindo os custos fixos com a mão-de-obra e acirrando a competição entre os trabalhadores, pelo incentivo ao individualismo pessoal ou de um determinado grupo, sempre com uma meta prevista por eles a ser alcançada. O ritmo de trabalho é aumentado, onde a redução dos custos por parte do capitalista pode ser feitos com corte de mão-de-obra. Neste sentido, percebe-se a fragilidade que se encontram os trabalhadores brasileiros no Paraguai, onde o individualismo mascarado pelo sistema acaba impedindo que os trabalhadores se mobilizem por um interesse comum, o qual se pode entender empiricamente o fim da representatividade desses trabalhadores pelo sindicato trabalhista de Salto del Guairá.

Neste contexto, temos como objetivo entender a organização e as condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros no comércio de Salto del Guairá, quanto às formas de precarização que estes sofrem no comércio, tanto como trabalhadores no setor formal e informal. Também buscamos desvendar os tipos de resistência que podem ter na condição de trabalhador estrangeiro e compreender como as relações internacionais do capital territorializam-se quanto à legislação trabalhista.

Diante das transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, a migração internacional não é apenas um reflexo dessas mudanças, ela traz significados importantes para as condições gerais do trabalho em suas formas organizativas o qual objetivamos compreender um pouco mais através dos nossos estudos no âmbito da fronteira Brasil-Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização por meio das políticas neoliberais tem provocado a desregulamentação e flexibilização no mercado de trabalho e aumentando a informalidade, resultando nas condições degradantes e precárias de trabalho, atendendo aos ditames do mercado para acumulação do capital.

A migração internacional foi intensificada pela globalização, que fez aumentar a assimetria que existia entre os países desenvolvidos e os considerados países de Terceiro Mundo, onde um grande contingente de pessoas sai dos países periféricos para países desenvolvidos em busca de uma possibilidade de ascensão social. Em um contexto diferente, o movimento migratório de brasileiros que saem de Guaíra-PR e Mundo Novo-MS para irem trabalhar no comércio de Salto del Guairá, não se dá pela busca da ascensão social, mas pela diferenciação territorial que é valorizada e aguçada estrategicamente pelos capitalistas, que aproveitam do excedente de mão-de-obra brasileira por dois motivos principais já citados por meio da nossa

observação prévia: atendimento ao público brasileiro e aceitação dos salários, já que as cidades fronteiriças no Brasil apresentam baixo dinamismo em seus mercados de trabalho.

O mundo do trabalho vem passando por sérias transformações, em que a migração internacional não é apenas algo que reage a essas transformações, mas que também tem uma reação às novas formas organizativas do mercado de trabalho. Neste sentido a pesquisa sobre as condições de trabalho dos brasileiros que todos os dias vão trabalhar no comércio de Salto é importante para entendermos suas especificidades quanto às formas organizativas e de relação trabalhista, como também os significados dessa mobilidade internacional da mão de obra para as condições gerais do trabalho em suas formas organizativas.

BIBLIOGRAFIAS

ANTUNES, RICARDO. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2006.264p.

MALAGUTI, MANOEL LUIZ. **Crítica a razão informal**: imaterialidade do assalariado. São Paulo: BOITEMPO; Vitória: EDUFES, 200.174p.

MENEGOTTO, RICARDO. **Migrações e fronteiras**: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. 104p.

MOREIRA, RUY. **O que é geografia**. São Paulo: brasiliense, 1981.114p.

HARVEY, DAVID. **Condição Pós-Moderna**, 6 .ed. São Paulo: Loyola,1996. 252p.

HARVEY, DAVID. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. 208 p.

PRONI, M.W., HENRIQUE, WINÊS. (Org.) **Trabalho, mercado e sociedade**: Brasil nos anos 90. São Paulo: UNESP; São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003. 360p.

REIS, R. R., SALES, TEREZA. (Org.) **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, SP: Boitempo, 1999.312p.

PINHEIRO-MACHADO, ROSANA. **China-Paraguai-Brasil : uma rota para pensar a economia informal**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2008, vol.23, no.67, p.117-133. ISSN 0102-6909, disponível em www.scielo.com.br, acesso em 12/01/2009.